

Fatores determinantes de investimentos estrangeiro no Brasil

DANIELA MODOLO RIBEIRO DE GOUVEA

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
daniela.modolo@hotmail.com

ERIVALDO DA SILVA CARNEIRO JÚNIOR

Universidade Nove de Julho
erivaldo_carneiro@yahoo.com.br

CNPQ E CAPES



FATORES DETERMINANTES DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL

Resumo

Neste trabalho, analisamos os fatores determinantes para a escolha do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil a partir da perspectiva do Paradigma Eclético, que subdivide o investimento estrangeiro em quatro tipos – busca por mercado, busca por recursos naturais, busca por eficiência e busca por ativos estratégicos. Os testes estatísticos, por meio de regressão multivariada, usando dados fornecidos pelo Governo e Instituições oficiais, no qual tem o IDE no Brasil. Os resultados sugerem que fatores como tamanho do mercado da economia receptora, abertura econômica e riqueza natural do país são fatores determinantes na escolha do IDE de multinacionais estrangeiras.

Palavras-chave: Investimento direto estrangeiro, MNEs, Economia emergente

Abstract

In this paper, we analyze the determinants of the choice of Foreign Direct Investment (FDI) in Brazil from the perspective of the Eclectic Paradigm, which subdivides foreign investment into four types: market research, natural resource searching, efficiency and search By strategic assets. Statistical tests, using multivariate regression, using data provided by the Government and official institutions, in which FDI in Brazil. The results suggest that factors such as market size of the host economy, economic openness and natural wealth of the country are determining factors in the choice of the FDI of foreign multinationals.

Keywords: Foreign Direct Investment, MNEs, Emerging Economics



1 Introdução

O Brasil tornou-se um dos principais países emergentes que possuem destaque internacional para os negócios, motivo esse explicado pela abundância em recursos naturais, como o petróleo, ouro e uma diversidade de minérios e, pela expressiva quantidade de mão de obra uma vez que, a população brasileira é de aproximadamente 200 milhões de pessoas. Nas últimas décadas, devido a liberalização dos mercados emergentes houve uma diminuição das barreiras e flexibilização de restrições ao investimento direto estrangeiro (IDE), por essa razão, os mercados emergentes passaram a despertar o interesse de multinacionais (EMNs) em números cada vez mais crescentes (Korez-Vide *et al*, 2014).

Investir em economias emergentes passou a ser uma opção para as EMNs, pois após o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, vários países instauraram reformas políticas, econômicas e legais a fim de tornar esses países mais atrativos e convenientes (Ferreira *et al*, 2011) para investimentos estrangeiros. Ademais, as empresas que investem em países de economia emergente escolhem esses países por serem países com alto crescimento econômico e com um vasto mercado doméstico.

Contudo, é necessário observar que existe condições especialmente propícias para a atração de investimentos estrangeiros. Fatores como o tamanho, crescimento do mercado, mão-de-obra e seus custos, inflação, endividamento externo e interno, (Amal e Seabra, 2007), propriedade, localização e vantagens de internacionalização (Kang e Jiang, 2012) são considerados indicadores do grau de interesse de localização do investimento internacional e possíveis negociações externas.

Amal e Seabra (2007), salientam que as imperfeições nos mercados fez aumentar a percepção, entre os economistas, de que os agentes econômicos precisam de meios mais seguros para a escolha de seus investimentos estrangeiros. Ou seja, a escolha correta do local do IED pode representar mais oportunidade de sucesso para as EMNs.

Todavia, a escolha da localização do IED no Brasil tem recebido pouca atenção em termos de estudos sobre os determinantes que atraem esses investimentos (Korez-Vide *et al*, 2014) no país. O objetivo dos determinantes que definem a escolha do IDE é fornecer insumos para que as operações sejam menos dispendiosas e mais vantajosas para o país investidor (Kang e Jiang, 2012). Desse modo, nossa pesquisa, de natureza empírica, se concentra em analisar os fatores determinantes do IDE das empresas multinacionais no Brasil.

Metodologicamente, realizamos uma pesquisa quantitativa e formulamos uma regressão linear com o IDE no Brasil como variável dependente e seis variáveis independentes – PIB, taxa de crescimento do PIB, taxa de importação e exportação, variação dos salários pagos nas indústrias de transformação e números registrados pelo país. Os resultados obtidos sugerem que os fatores como o tamanho do mercado da economia receptora, a abertura econômica, a riqueza natural do país são fatores determinantes na escolha do IDE no Brasil.

Como contribuição esse estudo revela que os fatores determinantes do IDE no Brasil, como uma economia emergente, é determinada por fatores, em sua maioria, econômicos e políticos e que as empresas multinacionais estão optando pelo Brasil por possuir uma grande diversidade de fontes de recursos e uma abertura de mercado que está em crescimento, mesmo que lento quando comparado com países desenvolvidos.

O artigo está organizado em quatro partes. Na primeira parte, a revisão de literatura sobre os investimentos diretos estrangeiros no Brasil, ressaltando os motivos de escolha do



IED das multinacionais no país. Em seguida, apresentamos o método de pesquisa, contendo o procedimento de coleta de dados e os dados utilizados na análise quantitativa. Na terceira parte apontamos os resultados seguidos de sua discussão, limitações e sugestão de pesquisas futuras.

2 REVISÃO DE LITERATURA E HIPÓTESES

A abertura dos mercados começou na década de 1990, no qual houve uma significativa atuação das EMNs incentivada pela diminuição das barreiras ao comércio e da ascensão das políticas liberais dos governos. Nesse período, o Brasil foi considerado o principal pólo de IDE da América Latina, ultrapassando o México e a Argentina até então líderes na primeira metade da década (Sarti e Laplane, 2002). Ademais, fatores como a privatização de bens estatais nas atividades de serviços públicos e infraestrutura fizeram com que a entrada de novos investidores no país fosse amplamente favorecida (Mattos *et al*, 2007). Esse incentivo, derivado da internacionalização, provocou o aumento de investimentos diretos estrangeiros (IDE), capazes de gerar uma maior modernização do país.

De acordo com os autores, algumas das diversas e importantes vantagens das empresas que se internacionalizam são, o aproveitamento de possíveis economias de escala na produção e comercialização; aumento do mercado que servem e exploram oportunidades de crescimento; aproveitamento de possíveis economias de escala na produção e comercialização; exploração do ciclo de vida do produto; diversificação dos riscos de negócios, dentre outros (Ferreira *et al*, 2011, p. 44).

Observamos que quanto maior for quantidade de recursos naturais e humanos, tecnologia, infraestrutura, tamanho do mercado, estabilidade econômica e política, maiores serão os investimentos estrangeiros. Contrariamente, quanto mais burocrático e custoso for o sistema burocrático, menores serão os investimentos recebido de IDE no país (Carminati e Fernandes, 2013).

Por essa razão, um desafio fundamental para as empresas multinacionais é analisar se a sua estratégia global tradicional pode se estender para as economias emergentes uma vez que, a economia emergente exige mais atenção estratégica e novos modelos de negócios (Peng *et al*, 2008) por serem países mais instáveis. Os autores também pedem mais estudos sobre a forma institucional e os fatores que determinam a estratégia de IDE de empresas multinacionais de economias emergentes.

O mercado mundial apresenta muitas falhas e, essas falhas potencializa o investimento em outros mercados estrangeiros a fim de diminuir possíveis prejuízos causados. Também podemos analisar que, sem essas falhas a razão de ser dessa produção internacional se desvaneceria. No entanto, já que existem possíveis imperfeições, explicações disponíveis sobre o comércio e a produção como parte de um paradigma geral baseado na disponibilidade de fatores e vantagens internacionais podem ser analisadas e estudadas.

2.1. O paradigma Eclético

À medida que a internacionalização das empresas tem aumentado, diversas foram as teorias que surgiram para explicar tal fenômeno, incluindo explicações sobre os fatores que influenciam as empresas a investirem no exterior em vez de preferir outras opções de empresas locais (Calderón, 2014). Esses fatores específicos para a escolha do IDE, podem surgir a partir de uma visão macro do país e por meio de pesquisas sobre a estrutura e mudanças no IDE, algumas dessas teorias para explicar a escolha do IDE é a teoria institucional e a eclética.

A principal diferença entre o paradigma eclético e a teoria institucional, para abordar as questões da escolha da localização do investimento direto estrangeiro, reside no principal critério para selecionar um determinado local. O paradigma eclético foca na eficiência



econômica como último determinante de escolha do local, a partir dessa abordagem a intersecção da estratégia do IDE das multinacionais e o ambiente institucional é uma análise da instituição para diminuir os custos de transação associados ao IDE. Já, a abordagem institucional centraliza-se na legitimidade como principal critério, logo as empresas necessitam estar em consonância com seu ambiente institucional para atingir a sua legitimidade (Kang e Jiang, 2012).

No paradigma eclético, tendo como principal expoente John Dunning, notabilizou-se por propor uma taxonomia de três aspectos fundamentais na internacionalização das empresas, especialmente na decisão em investir em negócios estrangeiros. Essa taxonomia, conhecida como paradigma eclético, inclui três fatores que são: posse, localização e internalização. A partir do entendimento desses três fatores é possível explicar porque existem multinacionais capazes de se desenvolverem mais do que empresas domésticas (Ferreira *et al*, 2013) ademais, nessa pesquisa utilizamos a teoria eclética por fornecer as bases teóricas das variáveis determinantes da entrada de IDE no mercado brasileiro.

Essas três vantagens – posse, localização e internacionalização-necessitam estar simultaneamente juntas para que as EMNs escolham o local de investimento do IDE face aos outros modos de internacionalização. Sendo assim, a junção desses três fatores permite explicar as atividades das EMNS e as suas distribuições geográficas (Ferreira *et al*, 2013), ou seja, a atuação das multinacionais seguem esses três fatores. Sendo assim, em um mundo cada vez mais globalizado e dinamizado é fundamental uma análise do impacto do IDE sobre as economias receptoras, principalmente dos efeitos em relação ao desenvolvimento econômico (Carminati e Fernandes, 2013).

2.2 Hipóteses

Dunning (1988), classifica o investimento estrangeiro em quatro tipos – busca por mercado, busca por recursos naturais, busca por eficiência, busca por ativos estratégicos – com o propósito de ordenar as alternativas que podem aparecer das diferentes combinações das três vantagens que foram citadas (Carminati e Fernandes, 2013). A partir desses quatro tipos de investimento estrangeiro elaboramos seis hipóteses que justificariam os fluxos de investimentos estrangeiro no Brasil.

2.2. 1 Busca por mercado

Os fatores relacionados ao mercado do país de acolhimento é um dos fatores mais importantes na hora da escolha do IDE, esses fatores também são os mais amplamente testados (Kang e Jiang, 2012). Desse modo compreender o ambiente do país receptor é fundamental para o sucesso que as empresas poderão ter nas operações a se desenvolverem no país (Ferreira *et al*, 2011).

Alguns desses fatores é o tamanho do mercado, quanto maior for o mercado mais atraente será o país para investimentos estrangeiros. Pesquisas mostram que há uma positiva e grande relação entre o tamanho do mercado e fluxos do IDE.

De acordo com Kang e Jiang (2012), uma economia em ascensão oferece mais oportunidades lucrativas do que as economias estagnadas, esse rápido crescimento das economias emergentes leva a um alto nível de demanda relativa a grande produção e motiva a procura por IDE. Logo, quanto maiores os fluxos de IDE atraído para o país de acolhimento maiores serão as taxas de crescimento econômico do país.

Não obstante a essa realidade, o seu grande mercado interno pode atrair novos horizontes de multinacionais estrangeiras que se adaptem aos interesses das empresas



brasileiras (Calderón, 2014). Essa discussão, acima, leva a elaboração das nossas primeiras hipóteses:

Hipótese 1: O tamanho do mercado do país receptor está positivamente relacionado com os influxos de investimento estrangeiro.

Hipótese 2: a escolha de alocação de empresas estrangeiras é positivamente associada com o crescimento econômico da economia receptora.

Hipótese 3: a escolha da alocação de investimento estrangeiro direto é positivamente associada com a abertura econômica da economia receptora.

2.2.2 Busca por recursos naturais

Segundo Dunning (1993), a aquisição e um contínuo fornecimento de recursos naturais mais atrativos estrangeiros. O Brasil exporta ricos recursos naturais que oxigenam sua economia como, minérios, combustíveis, veículos automóveis e ferro (Ferreira *et al*, 2011) e produtos agrícolas, produtos da indústria aeronáutica, entre outros. Portanto, os locais que possuem maiores recursos naturais são suscetíveis a maiores investimentos uma vez que, possibilita às empresas explorar melhor as suas vantagens competitivas no mercado alvo (Ferreira *et al*, 2011).

O Brasil é tido como um dos países emergentes com maior potencial para investimos estrangeiros e o maior país da América Latina e o seu líder natural, sendo considerado como um país rico em diversidades de recursos naturais. Assim, é possível observar que as empresas estão interessadas em investir no Brasil a fim de explorar esses recursos.

A partir dessa análise, desenvolvemos a seguinte hipótese:

Hipótese 4: a escolha da alocação do investimento estrangeiro direto está positivamente associada à riqueza natural do país (H4).

2.2.3 Busca por eficiência

A eficiência busca explicar os aspectos que fazem com que as empresas invistam dinheiro no exterior, localizações que têm um menor custo de trabalho pode atrair mais fluxos de IDE. Em princípio, as transações feitas entre diferentes partes de uma empresa nacional levantam problemas idênticos, ou ganhos ou perdas resultantes das transações (Dunning, 1988). Desse modo, as empresas buscam pela diminuição dos riscos e por uma racionalização do investimento, no qual analisam as vantagens da integração regional e a redução de auxiliares barreiras comerciais.

Para as empresas que almejam a eficiência nas suas transações, como a posse de vantagens e custo de fatores como, o de trabalho por exemplo, é fundamental racionalizar a sua estrutura dos seus fluxos de investimento em mercados estrangeiros. A partir dessa discussão elaboramos a seguinte hipóteses:

Hipótese 5: a escolha da alocação de capital estrangeiro em determinado país está negativamente associada com os custos de trabalho da economia receptora.

2.2.4 Busca por ativos estratégicos

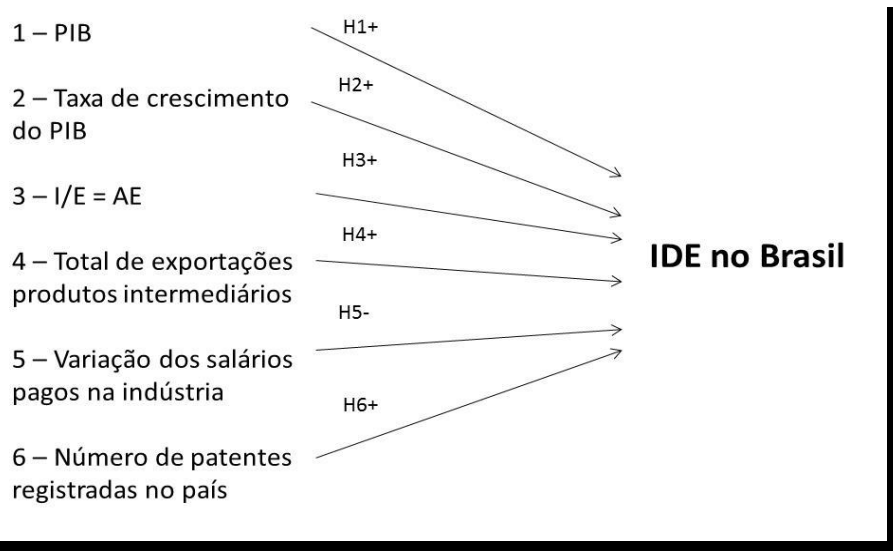
A aquisição e a busca por ativos estratégicos é o principal intuito para as empresas que almejam fortificar suas vantagens competitivas ou aumentar suas competências nos mercados estrangeiros. Como o Brasil é um dos países principais países emergentes as suas empresas buscam acessar a tecnologia e conhecimento e outros recursos intangíveis de internalizar essas vantagens e assim, fortalecer o crescimento econômico no país (Calderón, 2014). Isso foi o que ocorreu após a década de 1990, quando houve uma significativa abertura do mercado e entrada de fluxos de IDE que se concentrou na forma de fusões, aquisições e *joint-ventures*, ocorridas entre as MNEs (Carminati e Fernandes, 2013). A partir dessa análise desenvolvemos a última hipótese desse trabalho:

Hipótese 6: a escolha de alocação estrangeira em determinados países está positivamente associada à disponibilidade de recursos estratégicos dentro da economia receptora.



O esquema a seguir apresenta o modelo das hipóteses que foram testadas no presente trabalho.

Quadro 4. Desenho das hipóteses



Fonte: Elaborado pelos autores

3 MÉTODO

3. 1 Fonte dos dados

A presente pesquisa é classificada como exploratória quantitativa, realizada por meio de dados derivados de informações disponibilizadas pelo Governo Brasileiro e órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Banco Central do Brasil (BACEN) e *World Intellectual Property Organization* (WIPO). Os dados coletados referem-se ao período de 2001 a 2014, tal recorte se dá pela indisponibilidade de dados oficiais para períodos antigos.

As variáveis desse estudo derivam da pesquisa de Kang e Jiang (2012) no qual, apresentam como variáveis independentes PIB per capita, taxa de crescimento do PIB, total de importações e exportações, variação dos salários pagos na indústria de transformação, número de patentes registradas no país. A variável dependente desse estudo é o IDE no Brasil.

Abaixo segue o quadro 3 com a relação feita entre os dados utilizados e as hipóteses elaboradas,

Quadro 3. Relação entre dados e hipóteses

Referência	Descritivo	Abreviação	Fonte dos dados
Kang e Jiang (2012)	PIB <i>per capita</i> = (P)	P	IBGE (2016)
Kang e Jiang (2012)	Taxa de crescimento do PIB = TP	TP	IBGE (2016)
Kang e Jiang (2012)	Proxy formada pelo quociente da relação do total de exportações (I U\$) dividido pelo total de Importações (EU\$): I/E. = AE	AE	MDIC (2016)
Kang e Jiang	Total de Exportações (U\$) produtos	EPI	MDIC



(2012)	intermediários		(2016)
Kang e Jiang (2012)	Variação dos salários pagos na indústria de transformação	SAL	BACEN (2016)
Kang e Jiang (2012)	Número de patentes registradas pelo país	PAT	WIPO (2016)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Seguindo a discussão das variáveis utilizadas no estudo formulamos o seguinte modelo de regressão:

$$AIEDBR = \beta_0 + \beta_1 P + \beta_2 TP + \beta_3 AE + \beta_4 EPI + \beta_5 SAL + \beta_6 PAT + u_2 \quad (1)$$

Onde AIBR = aporte total de investimento estrangeiro direto no Brasil (IDE), cujo dados foram coletados no site do Banco Central do Brasil (BACEN). O modelo empírico de estimação foi adotado considerando o período compreendido entre os anos de 2001 a 2014, tendo como justificativa a indisponibilidade dos dados para períodos anteriores e mais recentes.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Por meio da regressão evidenciada na tabela 1 foi possível estimarmos a equação estrutural dos determinantes de atratividade de investimento de capital estrangeiro direto IDE.

Tabela 1 – Resultados da regressão

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Constante	2277,045767	54491,2866	0,041787	0,967835
PIB <i>per capita</i>	0,271343217	1,43508097	0,189079	0,855397
Crescimento do PIB (%)	-315,858064	619,532873	-0,50983	0,625846
Grau de Abertura Econômica	6,90664E-08	7,7069E-08	0,896157	0,399937
Recursos Naturais	6,01625E-07	1,4102E-07	4,266358	0,003717
Salários da Ind. Transformação.	666,9516732	468,706982	1,422961	0,197749
Nº Patentes Registradas	-19,62774086	9,14553846	-2,14615	0,069004

Por meio dos resultados da regressão a hipótese 1 foi confirmada. No caso do Brasil, as variações do PIB *per capita* influenciam na atração de capital estrangeiro direto. Dessa forma, para a variação de um real na renda dos brasileiros há um incremento em 0,271 na atração de dólares em investimentos estrangeiros direto. Esses resultados empíricos demonstram que o tamanho do mercado da economia receptora possui uma grande influência na escolha do IDE no Brasil, corroborando com os trabalhos de Kang e Jiang (2012).

A hipótese 2, que afirma a relação positiva entre o crescimento econômico e a atração de investimento estrangeiro direto foi refutada no Brasil para esse período que estudamos. Mesmo que o Brasil tenha recebido grandes investimentos estrangeiros no ano de 2014, por exemplo, ainda não apresenta um crescimento econômico robusto e estável como países emergentes como a Índia e China, tido como o país que mais recebeu investimentos estrangeiro em 2014 (ONU, 2015). No período compreendido pela pesquisa, o país chegou a ter variação negativa de 0,33% no crescimento no ano de 2009 (vide quadro 1). Assim, a variável crescimento econômico não tem sido uma variável que atraia o investimento estrangeiro direto.

Já, a hipótese 3 foi confirmada e, dessa forma, apresentamos que há correlação positiva entre o grau de liberdade econômica e a atração de investimento estrangeiro direto. Esse resultado sugere que no Brasil, a nossa maior liberdade econômica derivada de uma



reforma legal tem atraído IDE (Ferreira *et al*, 2011). Segundo os autores, os países que possuem maior liberdade econômica possuem políticas comerciais com o exterior mais abertas, políticas fiscais mais transparentes e maior capacidade de atração de fluxos de investimentos.

A hipótese 4 foi confirmada nesse trabalho, ou seja, não há uma relação positiva entre o valor total das exportações de bens intermediários (alimentos e bebidas, insumos industriais elaborados, insumos industriais básicos, peças e acessórios para bens de capital, peças para transporte, alimentos e bebidas destinados principalmente à indústria) conforme dados fornecidos pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e a atração de IDE. Dessa forma, entendemos que os fluxos de capital estrangeiro podem estar se dirigindo para outros segmentos da economia, como prestação de serviços, construção civil, infraestrutura e/ou indústrias de bens com maior grau de desenvolvimento tecnológico.

A hipótese 5 também foi refutada, assim as variações nos salários pagos no Brasil na indústria de transformação não representam um fator que afete negativamente a atratividade de investimento estrangeiro direto. O resultado mostrou uma relação positiva, dessa forma, o fato dos salários no Brasil serem relativamente baixos, quando comparados aos países desenvolvidos, podem indicar esta relação. Baixos custos de trabalho representam uma vantagem competitiva para as MNEs por aumentar suas margens de lucro.

E, por fim a última hipótese analisada nesse trabalho, que afirma haver uma relação positiva entre o número de patentes registradas no país e a atratividade também foi refutada. Cabe destacar que o Brasil não tem tradição em inovação tecnológica e possui baixos índices de registros de patente

O último Relatório Anual da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO) vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que o número de patentes registrado no Brasil está aquém de países considerados referências na inovação, como os Estados Unidos seguido do Japão, China, Coreia do Sul, Alemanha, França, Reino Unido. O Brasil ocupa o 19º lugar com 41,453 patentes válidas, e no bloco dos países do BRICS (China, Índia, Rússia, África do Sul, Brasil) o Brasil está atrás de todos no *ranking* (CNI, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi objetivo desse trabalho analisar os fatores determinantes do investimento direto estrangeiro no Brasil, a fim de contribuir para a compreensão dos motivos de escolha do IDE por multinacionais, examinando variáveis econômicas derivadas do paradigma eclético, desenvolvidas por Dunning (1988). A evidência empírica sugere, pautada na pesquisa quantitativa, sugere que fatores econômicos como abertura do mercado e liberdade econômica influenciam na atração dos investimentos estrangeiros no Brasil.

Quanto à limitação da pesquisa, apontamos a amostra da pesquisa, pois os dados não apresentam séries temporais muito longas assim o estudo poderia ter resultados mais robustos e favoreceria a possibilidade de ver os efeitos das variáveis em períodos distintos.

Como sugestão de pesquisas futuras, cabe ampliar o estudo dos fatores determinantes para o IDE no Brasil fragmentados por setores e origem do investimento, e estudos que possuam outras variáveis independentes que calculem aspectos culturais a partir das dimensões culturais, propostas por Hofstede, e institucionais (North, 1990), por exemplo que mais atraem os investimentos diretos estrangeiros no Brasil.

6 REFERÊNCIAS



- Amal, M. & Seabra, F. (2007). Determinantes do investimento direto externo (IDE) na América Latina: Uma perspectiva institucional. *Revista Economia*, v.8, n.2, pp. 231-247.
- Calderón, A. (2014). Outward FDI in Brazil: A matter of economic growth and institutional configuration. *FLACSO-ISA Joint International Conference*, 23-25 de Julho, Buenos Aires, Argentina.
- Carminati, J. & Fernandes, E. (2013). O impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento da economia brasileira. *Planejamento e Políticas Públicas*, n.41, pp.141-172.
- Dunning, J. (1988). The Eclectic Paradigm of international production: A restatement and some possible extensions. *Journal of International Business Studies*, n.19, pp. 1-31.
- Ferreira, M. P.; Reis, N. R.; Serra, F. R. (2011). *Negócios Internacionais e Internacionalização para as Economias Emergentes*, 1ªed., Lisboa: Lidel – Zamboni, 423p.
- Ferreira, M., Pinto, C., Serra, F. & Santos, J. (2013). A bibliometric study of John Dunning's contribution to international business research. *Review of Business Management*, v. 15, n.46, pp. 56-75.
- Kang, Y. & Jiang, F. (2012). FDI location choice of Chinese multinationals in East and Southeast Asia: Traditional economic factors and institutional perspective. *Journal of World Business*, n.47, pp. 45-53.
- Korez-Vide, R.; Voller, P.; Bobek, V. (2014). Foreign Direct Investment Location choice factors: Some evidence for Brazil, *Management Dynamics in the Knowledge Economy*, v. 2, n.3, pp. 424-439.
- Mattos, L., Cassuce, F., & Campos, A. (2007). Determinantes dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, 1980-2004, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 11, n.1, pp. 39-60.
- Peng, M., Wang, D., & Jiang, Y. (2008). An institution-based view of international business strategy: A focus on emerging economies. *Journal of International Business Studies*, v.39, pp. 920-936.
- Sarti, F., & Laplane, M. (2002). O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. *Economia e Sociedade*, v. 11, n. 1, pp. 63-94.



VI SINGEP

Simposio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

V ELBE

Encontro Luso-Brasileiro de Estratégia
Iberoamerican Meeting on Strategic Management



VI SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

V ELBE

Encontro Luso-Brasileiro de Estratégia
Iberoamerican Meeting on Strategic Management



VI SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

V ELBE

Encontro Luso-Brasileiro de Estratégia
Iberoamerican Meeting on Strategic Management